



15638466



08011.000046/2017-68



Ministério da Justiça e Segurança Pública
Secretaria-Executiva
Coordenação-Geral de Gestão Estratégica e Inovação Institucional

Memória de Reunião
Comitê de Governança Estratégica - CGE

DATA: 29/07/2021	
LOCAL: Ministério da Justiça e Segurança Pública, Ed. Sede, Sala de Retratos	
PARTICIPANTES	ÓRGÃO
Marcos Paulo Cardoso Coelho da Silva	GM
Márcio Nunes de Oliveira	SE
Washington Leonardo Guanaes Bonini	SE
David de Lima Freitas	SPO
Rogério Xavier Rocha	SAA
Rodrigo Lange	DTIC
Cláudio Antônio de Almeida Py	AECI
Ana Cristina Melo Santiago	SEGEN
Claudio de Castro Panoeiro	SENAJUS
Frederico F. Moesch	SENACON
Luiz Roberto Beggiora	SENAAD
Juruebi de Oliveira Junior	SENASP
Alfredo de Souza Lima Coelho Carrijo	SEOPI
Tânia Maria Matos Ferreira Fogaça	DEPEN
Oswaldo Gomide	PF
Neide Alves Dias de Sordi	AN

Jean Coelho	PRF
Rodrigo de Sousa Alves	FUNAI
Giselli dos Santos	CONJUR
Gustavo Henrique M. A. Silva	DTIC
Priscilla Oliveira	SENASP
Caroline Muniz	ASINT
Vanessa Luz	DEPEN
Paulo Campolina	SENACON
Marcelo Rodrigues A. Silva	PRF
Wellington C. P. Silva	PF
Claudete Terezinha Trapp	CGGE
Juliana Coelho Antero	CGGE

PAUTA:

1. Abertura;
2. Considerações iniciais e pauta da reunião;
3. Monitoramento do Planejamento Estratégico 2020-2023: DEPEN, SENAJUS e PRF;
4. Reunião de Avaliação da Estratégia de Junho – Revisão quadrimestral;
5. Informe SPO/SE;
6. Informe AECL;
7. Informe DTIC/SE;
8. Informe Comitê de Governança de Dados e Sistemas de Informação; e
9. Encaminhamentos.

DELIBERAÇÕES

1. O Secretário-Executivo, Sr. Márcio Nunes de Oliveira, deu início a reunião do Comitê de Governança Estratégica — CGE do Ministério da Justiça e Segurança Pública — MJSP cumprimentando e agradecendo a presença de todos os titulares da Pasta. O Sr. Ministro de Estado da Justiça e Segurança Pública, Sr. Anderson Torres, não teve disponibilidade de comparecimento em razão de outros compromissos na sua agenda de trabalho. A pauta de reunião foi apresentada abordando questões relacionadas a monitoramento, levantamento e apuração de dados de determinadas unidades do MJSP, bem como informes de interesse dos dirigentes.
2. Na sequência, a Sra. Tânia Maria de Matos Fogaça, Diretora-Geral do Departamento Penitenciário Nacional — DEPEN, iniciou sua fala acerca do monitoramento do planejamento estratégico, destacando como principal desafio do DEPEN a geração de vagas no sistema penitenciário nacional, o que viabiliza a distinção dos presos pelo grau de periculosidade e as estratégias de combate ao crime organizado nas unidades prisionais. Em seguida, passou a palavra para a

Diretora-Executiva, Sra. Vanessa Luz, para apresentação do projeto estratégico Maximização da Geração de Vagas em Unidades Prisionais, que tem por objetivo diminuir a lotação de unidades prisionais; aumentar a execução e aperfeiçoar a aplicação e acompanhamento das obras de unidades penais, financiadas com os recursos federais por meio de transferências voluntárias e obrigatórias; e criar vagas por meio de fomento à criação de unidades com metodologia da Associação de Proteção e Assistência ao Condenado - APAC. O projeto encontra-se na ocasião com 73,14% de conclusão, em situação satisfatória. Diversas etapas do projeto já se encontram executadas, com exceção de três entregas: a estruturação de recursos humanos (74,82%), a estruturação de recursos físicos (49,26%) e o acompanhamento dos contratos de repasse (70,38%). Segundo a Sra. Vanessa Luz, o problema que resultou na implementação da política de obras penitenciárias está relacionado ao aumento considerável da taxa de aprisionamento (por cem mil habitantes) ao longo dos anos. Apesar disso, entre 2019 e 2020 houve um decréscimo de aprisionando, acreditando que os fatores da causa sejam por questões legislativas, como também pela liberação de detentos em razão da pandemia da COVID-19. Conforme dados apresentados, a atual população prisional é de 670 mil presos, incluindo os presos em regime aberto ou monitorados, enquanto o número de vagas no sistema prisional é de 455 mil vagas, o que corresponde a um déficit de 217 mil vagas no sistema, conforme dados coletados em 2020. Mencionou que as causas dos problemas são históricas. Por conseguinte, há aumento do risco de fugas e rebeliões, aliciamento para facções, superpopulação prisional e dificuldade de reinserção social. A Sra. Vanessa Luz destacou ainda a política de monitoração eletrônica, com 24 convênios e 80.000 pessoas monitoradas, e a de alternativas penais, com 29 convênios e 95.000 pessoas atendidas. Com relação ao indicador estratégico Geração de Vagas Prisionais, cuja meta estabelecida para o período de 2020-2023 corresponde ao fomento de 100 mil vagas geradas, sendo 25 mil vagas por ano, apresentou no período o resultado de 1.317 no ano de 2021, acumulando até o momento o valor de 23.136 vagas geradas.

3. Na sequência, o Secretário Nacional de Justiça, Sr. Cláudio de Castro Panoeiro, discorreu sobre o projeto Fomento à criação e à estruturação de unidades de combate à corrupção nas polícias civis, atualmente com 55,68% concluído. O Secretário informou que, por meio em compromissos internacionais, especificamente na Convenção de Mérida, foi possível identificar que os estados não tinham unidades de combate à corrupção, o que poderia representar uma debilidade do sistema. Diante desse caso, houve a necessidade de se estabelecer um projeto para a implementação dessas unidades, criadas a partir de um diagnóstico em 2019 acerca da situação dos estados. A partir da dificuldade de remanejamento de recursos e pessoas identificada nos estados, foi preciso estabelecer um incentivo para que obras fossem concretizadas, com repasses do Fundo Nacional de Segurança Pública – FNSP. O Secretário ressaltou que, conforme previsto na Portaria nº 631, de 6 de julho de 2019, no artigo nº 3, inciso VIII, os estados apenas receberiam os recursos após a efetiva criação das unidades, o que de fato ocorreu; todos os estados criaram suas unidades até o final de 2020. O projeto envolve ainda a capacitação de policiais das unidades locais, a consolidação das suas redes de combate à corrupção e as garantias institucionais aos policiais para poderem realizar investigações sem serem perturbados no exercício de suas atividades devido aos fatores externos. Em 2021, quatro capacitações foram feitas no formato remoto pela Delegacia de Repressão aos Crimes de Informática — DRCI, com a participação de 167 servidores policiais. Destacou ainda a necessidade de criação de uma rede nacional de combate à corrupção, a partir de um canal vinculado ao MJSP, contendo a participação de todas as unidades policiais. A rede funcionaria como um fórum de diálogo para compartilhamento de experiências e de banco de dados e de sistemas, de modo a acelerar investigações de combate à corrupção. A referida entrega consiste na etapa do projeto mais atrasada, com apenas 10% do processo concluído. A SENAJUS elaborou minuta de portaria para a reconstituição da rede, com previsão de assinatura do sr. Ministro de Estado da Justiça e Segurança Pública até o final de agosto, criando a rede nacional de combate à corrupção. Com relação ao indicador Tempo médio de decisões de processos de naturalização, o Sr. Cláudio Panoeiro contextualizou que no início da gestão de governo do presidente Jair Bolsonaro o tempo médio de análise de um processo de naturalização era de pouco mais de 500 dias, processo que se iniciava na Polícia Federal – PF e finalizava no Ministério. Fez-se, então, um projeto para que esse tempo fosse reduzido para oito dias,

representando 1,6% do tempo original, correspondendo a um nível de eficiência de 98,4% em relação ao cenário de 2019. A partir da realização de uma Força-Tarefa foi possível a análise de um universo de 6.500 processos. Destacou que em 2021 outros fatores aceleraram os processos de naturalização, paralisados devido à pandemia ainda em curso, como forças-tarefas, que reduziram o passivo que existia no cenário anterior, e o sistema Naturalizar-se, integrado com a PF, onde o pedido é todo tramitado eletronicamente e o interessado comparece uma única vez à unidade da polícia para apresentar os documentos.

4. Finalizando o monitoramento do planejamento estratégico, o Diretor-Executivo da Polícia Rodoviária Federal – PRF, Sr. Jean Coelho, expôs sobre o projeto Programa Nacional de Redução de Mortes no Trânsito e o indicador Vítimas mortas em acidentes de trânsito em rodovias federais. Na ocasião, informou que, embora o projeto esteja em situação adiantada, com 70,91% concluído (frente ao previsto de 70,67%), duas entregas que envolvem parceria com outras instituições estão em atraso devido a situação atual da COVID-19, sendo elas: Integração e a Cooperação; e Educação Pelo Trânsito. Contextualizou que o Programa Nacional de Redução de Mortes no Trânsito tem por objetivo alcançar a meta estabelecida pela Resolução ONU nº 02, de 2009, que prevê a redução de 50% nos óbitos no trânsito em 10 anos (Década de Ação Pela Segurança no Trânsito - 2011 – 2020, renovada para 2021 a 2030,), o que representa uma redução em mais 18%, no período de 2019 a 2020, do número dessas mortes por meio da elaboração de uma metodologia de monitoramento da malha rodoviária e direcionamento das atividades de policiamento e fiscalização, de ações de integração e cooperação interinstitucional, apresentando propostas de atividades operacionais e medidas de gestão operacional nos trechos críticos em acidentes graves nas rodovias federais; e o alcançar da meta de redução de mortes estabelecida pelo Plano Nacional de Redução de Mortes e Lesões no Trânsito – PNATRANS, no período de 2018-2022, com a redução em 30%, no período de 2019 a 2022, da taxa de mortalidade, calculada por um milhão de veículo. No âmbito do projeto, destaca-se o Drogômetro, iniciativa em parceria com a Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas - SENAD e Secretaria Nacional de Segurança Pública - SENASP, que pretende definir a metodologia e a metrologia para a aferição do uso de drogas pelos condutores. A etapa prevista para a coleta de amostras será realizada nos próximos dias que sucedem a presente reunião, estando atrasada em decorrência da pandemia. Encerrando sua fala, apresentou o indicador de Vítimas mortas em acidentes de trânsito em rodovias federais, apresentando o resultado de 2.442 até o mês de junho de 2021.
5. Dando continuidade à pauta, o Subsecretário de Planejamento e Orçamento, Sr. David Freitas, abordou sobre solicitação da Presidência da República a respeito do levantamento de realizações no âmbito do Ministério, para compor o Balanço de 1.000 dias de governo, em que todas as unidades já encaminharam suas informações à Coordenação-Geral de Gestão Estratégica e Inovação Institucional – CGGE/SPO. Explicou que, apesar da demanda ser requerida em um curto período de tempo, é necessário o efetivo envolvimento das unidades na tarefa para que o processo tenha melhor qualidade. As realizações encaminhadas encontram-se em fase de priorização para validação final do Gabinete do Ministro – GM e da Secretaria-Executiva – SE. O Sr. David trouxe ainda aos presentes a informação acerca da publicação da Ata da 14ª Reunião do Conselho Interministerial de Governança – CIG. Trata-se de um colegiado responsável pelo assessoramento do presidente da República na condução da política de governança da Administração Pública Federal, e cabe ao MJSP internalizar os encaminhamentos e decisões advindos do CIG. De igual modo, o presente fórum, o Comitê de Governança Estratégica – CGE, trata da condução da política de governança no âmbito do Ministério. Frisou que é de responsabilidade dos membros desse Comitê disseminar as decisões do CGE internamente em suas respectivas unidades para que a governança funcione de forma efetiva. Para tanto, foi enviado processo SEI específico com a referida ata, por meio do Ofício-Circular SE (15150858), além de divulgada na reunião da Comissão Técnica do CGE - CT-CGE, de 20 de julho de 2021. Solicitou, portanto, a ampla divulgação nas unidades.
6. Referente à execução orçamentária, o Sr. David apontou o alto índice de execução de determinadas unidades, como é o caso da Diretoria de Tecnologia da Informação e Comunicação – DTIC com 94,14%, da Polícia Federal com 80,19%, da PRF com 78,18%, dentre outras unidades, em

que tais percentuais correspondem ao orçamento efetivamente disponível para execução. Dessa forma, o Subsecretário solicitou a atenção de todas as unidades para observem e acompanhem suas execuções, uma vez que consistem em indicativos de entregas de políticas públicas do MJSP à sociedade. Ademais, com relação à execução dos fundos, o Subsecretário mencionou a previsão de publicação do Plano Nacional de Segurança Pública para que seja possível o repasse para os fundos estaduais e distrital de segurança pública. Continuou sua fala tratando sobre o acompanhamento físico-financeiro que as unidades do Ministério estão atuando, correspondendo a análise de cumprimento ou não da meta de execução da ação orçamentária. O prazo estabelecido é até o dia 30 de julho e solicitações de ajustes vêm sendo requeridas. Trata-se de documento de extrema importância por integrar o relatório de prestações de contas da Presidência da República, motivo de ressalvas do Tribunal de Contas da União – TCU em exercícios anteriores. Dessa forma, o Sr. David Freitas pediu para que a alta gestão tome ciência das informações prestadas antes de enviar a devolutiva à SPO. Informou a disponibilização do Parecer Prévio sobre as contas prestadas pelo Presidente da República referentes ao exercício de 2020 para análise dos participantes.

7. Complementarmente, o Secretário-Executivo Adjunto, Sr. Washington Bonini, frisou a necessidade e importância do alinhamento entre os mecanismos de planejamento e de orçamento, além da observância de que convênios respeitem as despesas de caráter obrigatório, com a apresentação de justificativa em caso de não execução. O documento foi enviado às unidades para conhecimento e, especialmente, para que se atentem para o alinhamento entre o planejamento orçamentário e o planejamento físico, como tem sido observado nas contas do MJSP, e para a execução de emendas parlamentares obrigatórias.
8. Em seguida, o Secretário-Executivo passou a palavra para o Assessor de Controle Interno, Sr. Cláudio Py, para tratar sobre o gerenciamento de riscos e próximos passos. Atualmente, apenas 2 processos de trabalho estratégicos não tiveram seu gerenciamento de risco iniciado. De um total de 69 processos, 25 estão em fase de elaboração de seus planos de gerenciamento de riscos, enquanto 42 já foram aprovados no âmbito de suas unidades. Assim, lembrando as instâncias de governança envolvidas na temática, em que o CGE consiste no nível estratégico, e o Comitê de Gestão de Risco e Controles Internos, composto pela AECI e SPO, correspondem ao nível tático, sendo o nível operacional integrado pela Unidade de Gestão de Riscos e Controles Internos – UGRC, em que cada Unidade do Ministério é composta pelo dirigente máximo, adjunto, diretores, chefias de gabinete e servidores indicados pelo dirigente máximo. Chamou a atenção para a previsão de trazer o gerenciamento de risco dos processos de trabalho obrigatório analisados pelo Comitê de Gestão de Risco e Controles Internos na próxima reunião do CGE. Em caso de necessidade de ajustes, será realizado contato com as unidades para tratativas e devoluções.
9. O Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicações, Sr. Rodrigo Lange, abordou sobre o esforço da equipe da Diretoria de Tecnologia da Informação e Comunicações – DTIC para a migração do SEI para nuvem, que já se encontra em funcionamento, realizado anteriormente ao *moving* da sala-cofre, o que evitou a indisponibilidade do SEI. Alguns ajustes foram realizados para a melhoria do desempenho e estima-se a melhoria de ganho de, pelo menos, 30% na velocidade do SEI. Com relação ao *moving* da sala-cofre, este foi realizado há duas semanas com sucesso e poucas intercorrências, em que todos os *data centers* foram consolidados na sala-cofre. O Sr. Lange informou ainda que a migração das caixas de *e-mails* para a nuvem tem previsão de finalização em meados do mês de agosto, trazendo maior segurança aos dados e o aumento da capacidade de armazenamento das caixas, contando com 100 GB de espaço. Por fim, abordou sobre soluções de segurança, uma vez que os crimes de internet estão crescendo e cada vez mais elaborados. Informou que após criminosos criarem uma página falsa do SIGEPE, a Polícia Federal conseguiu acessar a página do servidor no exterior, baixando o banco de dados da página, obtendo o registro de mais de 5.500 servidores públicos, dos quais 18 eram servidores do MJSP. A DTIC, após contato com cada um dos servidores, tomou as providências relacionadas à segurança para o acesso e a autenticação dos servidores. No geral, alerta sobre a necessidade da segurança de dados na internet e que acesso a sistemas externos passarão a exigir autenticação via aplicativo de celular para todos os servidores.

10. Na sequência, o Sr. Gustavo Henrique da Silva trouxe alguns informes sobre o Comitê de Governança de Dados e Sistemas de Informação – CGDI, fórum que já se reuniu pela 16ª vez, gerando resultados de suas atividades. Por envolver articulações e a troca de dados que se almeja, o Comitê exige certo grau de maturação. Durante o primeiro semestre de 2021, entregas importantes foram realizadas, como a disponibilização para a PF e a PRF da Base Nacional de Mandados de Prisão, de modo a possibilitar o tratamento de informações desses bancos. Mencionou ainda que na presente semana seria encaminhado o Acordo de Cooperação Técnica para assinatura junto ao Ministério do Turismo com vistas ao recebimento de registros, uma base de dados que permitirá melhor atuação do MJSP, sendo a Secretaria de Operações Integradas – Seopi, a unidade curadora negocial da base. Por fim, mencionou sobre avanços nas tratativas para o recebimento de dados do sistema de cadastramento dos usuários do SUS, o CADSUS.
11. Após manifestação de algumas unidades sobre interesse nos dados que seriam disponibilizados pelo CADSUS, o Secretário-Executivo reforçou a importância da participação de todas as unidades no CGDI, uma vez que traz uma série de oportunidades e várias aplicações. Solicitou assim que na próxima reunião do referido Comitê todas as unidades estivessem representadas.
12. Encaminhando para o fim da reunião, o Sr. Márcio de Oliveira comunicou que o Processo SEI de monitoramento para coleta dos indicadores e atualização do andamento dos projetos terá prazo até o dia 12 de agosto. Além disso, informou que, tendo em vista o novo processo de acompanhamento da Presidência da República, com a realização de reuniões mensais sobre as principais entregas, as unidades atualizaram as informações de agosto e setembro no dia 19 de julho de 2021. Com relação ao monitoramento do Planejamento Estratégico 2020-2023 para a próxima reunião do CGE, serão apresentados: i) PF: Projeto Laboratório Nacional de Isótopos Forenses - LANIF e indicador Quantidade de operações de polícia judiciária deflagradas pela Polícia Federal; ii) SENAD: Projeto Centro de Excelência sobre Redução da Oferta de Drogas - CdE e indicador Receita da gestão de ativos; iii) SEOPI: Projeto Expansão de Centros Integrados de Comando e Controle e indicador Quantidade de ações policiais apoiadas.
13. Após abertura de espaço para manifestações de interesse geral, o Secretário Nacional de Política de Drogas, Sr. Luiz Roberto Beggiora, complementou informação trazida pela PRF em sua apresentação, especificamente com relação ao Drogômetro que, após chamamento público, diversos equipamentos nacionais e importados foram recebidos para a identificação de substâncias psicoativas no trânsito, com previsão de serem realizados testes no início de agosto. Será realizada capacitação dos policiais rodoviários federais pelo Hospital de Clínicas de como proceder com a coleta de amostras (salivas), em rodovias urbanas. Até o dia 10 de setembro serão realizados testes em dez estados para homologar esses aparelhos e identificar aquele que melhor se aplica ao Brasil. Até o mês de outubro há previsão de realizar os testes em todos os estados brasileiros.
14. O Sr. Washington Bonini aproveitou o ensejo para registrar a parabenização que o Ministério recebeu, especificamente sobre a área de Tecnologia da Informação e Comunicação, pela Microsoft, como tendo um dos três projetos mais complexos e abrangentes no tratamento de dados. Além disso, informou que houve mais um avanço nas tratativas de troca de dados com o DENATRAN, com a resolução do conflito jurídico que foi apresentado à AGU para obtenção do acesso aos dados do Renach e Renavam. Por fim, comunicou o interesse pela Presidência da República pelo projeto de combate aos incêndios, tocados pela SENASP, SEOPI, PF e PRF, demonstrando a preocupação do país ao mundo sobre incêndios e devastação ambiental.
15. Finalizando a reunião, o Sr. Márcio de Oliveira agradeceu a presença de todos, aguardando todas as unidades para a próxima reunião mensal.



Documento assinado eletronicamente por **LUIZ ROBERTO BEGGIORA, Secretário(a) Nacional de Políticas sobre Drogas**, em 03/09/2021, às 19:05, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **Neide Alves Dias De Sordi, Usuário Externo**, em 06/09/2021, às 10:26, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **DAVID DE LIMA FREITAS, Subsecretário(a) de Planejamento e Orçamento**, em 06/09/2021, às 14:00, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **Rodrigo Lange, Diretor(a) de Tecnologia da Informação e Comunicação**, em 06/09/2021, às 15:08, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **JURUÉBI DE OLIVEIRA JÚNIOR, Secretário(a) Adjunto(a) da Secretaria Nacional de Segurança Pública - Substituto(a)**, em 06/09/2021, às 16:06, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **Tânia Maria Matos Ferreira Fogaça, Diretor(a)-Geral do Departamento Penitenciário Nacional**, em 06/09/2021, às 16:18, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **ROGÉRIO XAVIER ROCHA, Subsecretário(a) de Administração**, em 06/09/2021, às 17:46, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **Rodrigo de Sousa Alves, Usuário Externo**, em 08/09/2021, às 10:16, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **Claudete Terezinha Trapp, Coordenador(a)-Geral de Gestão Estratégica e Inovação Institucional**, em 08/09/2021, às 11:02, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **Claudio Antônio de Almeida Py, Chefe da Assessoria Especial de Controle Interno**, em 08/09/2021, às 11:15, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **Frederico Fernandes Moesch, Secretário(a) Nacional do Consumidor - Substituto(a)**, em 08/09/2021, às 11:23, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **MÁRCIO NUNES DE OLIVEIRA, Secretário(a)-Executivo(a) do Ministério da Justiça e Segurança Pública**, em 08/09/2021, às 17:05, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **OSWALDO PAIVA DA COSTA GOMIDE, Usuário Externo**, em 10/09/2021, às 23:21, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.

Documento assinado eletronicamente por **ALFREDO DE SOUZA LIMA COELHO CARRIJO, Secretário(a) de Operações Integradas**, em 18/10/2021, às 17:46, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **Ana Cristina Melo Santiago, Secretário(a) de Gestão e Ensino em Segurança Pública**, em 25/10/2021, às 14:28, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://sei.autentica.mj.gov.br> informando o código verificador **15638466** e o código CRC **AAF3BDFA**
O trâmite deste documento pode ser acompanhado pelo site <http://www.justica.gov.br/acesso-a-sistemas/protocolo> e tem validade de prova de registro de protocolo no Ministério da Justiça e Segurança Pública.

Referência: Processo nº 08011.000046/2017-68

SEI nº 15638466